

CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO DEVIDAS AOS DESEMPREGOS ANTERIORES E AO ÚLTIMO EMPREGO

Autor:
Jeferson Renato Montreozol¹
Co-autores:
Inara Barbosa Leão²
Priscilla Soares Teruya¹
Livia Gomes dos Santos¹
Luciana do Carmo Ferreira³
Simone Menezes de Faria⁴

Endereço para correspondência: psicojeferson@yahoo.com.br

¹Alunos do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e membros do GEPAPET – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho. Bolsistas da CAPES.

² Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Professora do curso de graduação em Psicologia e dos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenadora do GEPAPET.

³Psicóloga, membro do GEPAPET.

⁴ Aluna do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e membro do GEPAPET – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho.

Introdução

Esse artigo está pautado nos resultados prévios do relatório final da pesquisa Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: manifestações no pensamento e na emoção (2008). Essa pesquisa está baseada na Teoria Psicológica Sócio-Histórica, e tem como proposta obter o perfil do trabalhador desempregado na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul. Objetiva verificar como se dá o processo de subjetivação dos indivíduos desempregados, bem como propiciar maior conhecimento sobre a situação destes, dando suporte, assim, a projetos sociais voltados para esse segmento social.

Só é possível entender as implicações do desemprego no âmbito dos processos psicológicos quando as concretizamos na realidade, o que significa considerar que, com as mudanças na base econômica, a superestrutura se transforma e constitui novos significados (sociais) para a realidade. Para isso, distinguimos o que é transformação material das condições econômicas de produção e as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e os conduzem no aspecto individual, os tomam como sendo elementos de sua consciência. Deste modo, é possível investigar as

consequências psicológicas do desemprego porque os seus determinantes podem ser aprendidos e analisados.

Esse artigo apresenta a análise dos dados contidos no Perfil dos Trabalhadores Desempregados da referida pesquisa, no que concernem especificamente as consequências psicossociais do desemprego devidas aos desempregos anteriores e ao último emprego.

1. Sobre os Desempregos Anteriores

A análise dos desempregos anteriores visa apreender na história de trabalho dos desempregados se há conformação que indique coincidências que possam ser tomadas como indicadores do que promoveria a perda de empregos.

Tal possibilidade confirmou-se quando contactamos que a quantidade de empregos tidos antes do último que os desempregou variou de um a dezoito, sendo que alguns declararam não ter tido nenhum emprego, porém, estas são as duzentas e sessenta pessoas que nunca tiveram suas Carteiras de Trabalho assinadas. Dentre os empregos que já tiveram antes do último que os desempregou, a maioria foi diarista, seguidos numericamente dos que faziam serviços gerais, consequentemente, a maior parte dos empregadores foram os proprietários de residências. O tempo de permanência nos empregos anteriores ao último que os desempregou, registrou-se a maior incidência na faixa de três anos e seis meses a quatro anos. Ou seja, o Setor de Prestação de Serviços e as suas condições de oferta e demissão de mão-de-obra conforme as oscilações de sazonalidade e demanda pelos serviços caracterizam a trajetória de desemprego daqueles que se dedicam às atividades próprias deste.

As características da sociedade capitalista que determinam estereótipos padrões das atividades e das relações que nela deve ocorrer acaba por resultar em sujeitos que ao se verem suspensos do ato de trabalhar sentem-se inúteis, humilhados e ofendidos, pois o desemprego gera invariavelmente um doloroso processo de dessocialização progressiva que causa sofrimento psíquico. Diante dessa situação, a não realização de uma atividade, um trabalho reconhecido socialmente, além de dificultar economicamente a sobrevivência do indivíduo e seus dependentes implica também na sensação de perda de identidade, uma vez que uma das características sociais do capitalismo está em identificar os sujeitos pela profissão que exercem ou desempenham.

Considerando esse ideal, a identidade social do indivíduo tem início quando há sua inserção no mercado de trabalho, pois trabalhar apresenta sentido e significado de cumprir um dever moral e um dever social. Nessa perspectiva, os desempregados passam a não serem reconhecidos socialmente e podem ter como consequência disso um sofrimento psicológico influenciando negativamente as representações que esses sujeitos fazem de si, uma vez que o trabalho é o principal mediador da realização social do ego e não há, atualmente, nada que possa substituí-lo nessa função.

Entre os entrevistados com a escolaridade no nível de Profissionalização Básica e Ensino Superior Incompleto, 61% afirmaram que já esteve desempregada, uma média baixa perto dos demais níveis de escolaridades, que chegam a alcançar 80% de afirmação. Em compensação, 71% dos entrevistados de Ensino Superior Completo, 54% de Técnico Profissionalizante e 50% de Pós-Graduação não tinham passado pela experiência de desemprego antes deste em que foram entrevistados.

Na análise destes dados percebemos um expressivo número de entrevistados que tiveram apenas um único emprego (164) e no máximo três (142). Tal instabilidade implica em alterações psicossociais tanto pelas condições sociais ditadas pelas

transformações do trabalho como para se explicar as condições primárias e/ou superiores do psiquismo.

Estas condições estão imbricadas porque durante todo o processo histórico da formação de uma sociedade o trabalho e os sujeitos participam de maneira conjunta, visto que o primeiro é um dos constituintes do sujeito e vem tomando características distintas, num primeiro momento como atividade conjunta entre membros de um mesmo grupo para garantir a sobrevivência de todos; ainda que isso já não seja perceptível nos dias atuais, com o mercado capitalista. É nesse mercado que o emprego passa a ser uma forma de trabalho, onde aquele que possui condições de pagar pela força do outro o faz, por meio de um salário, movido pela lei da oferta e procura. E o segundo é movido por necessidades, interesses e motivos, onde a atividade passa a ser uma necessidade a ser atendida. É através do contato com a atividade que o sujeito irá se orientar no mundo, mediado pelos instrumentos de trabalho, linguagem. Diante de tais conseqüências, a instabilidade indica que para esta população é difícil a organização dos seus comportamentos e das suas consciências pela mediação do trabalho, uma vez que a alteração destes exige a reorganização dos processos e funções psíquicas que orientam a atuação na sociedade. Ou seja, o trabalho não lhes proporciona as condições para desenvolverem domínio sobre as suas próprias vidas e nem para contribuírem para o desenvolvimento do grupo social ao qual pertencem.

Encontramos um número expressivo de trabalhadores que tiveram funções de diarista, serviços gerais e o *faz-tudo* (não tinha uma atividade fixa, fazia o que aparecia), ou seja, em trabalho informal. Esse tipo de trabalho teve grande crescimento a partir das transformações cada vez mais constantes e radicais que ocorreram no mercado de trabalho nas últimas décadas também passaram a exigir novas qualificações dos trabalhadores, principalmente nos setores secundário terciário, exigindo que todos tenham habilidades razoáveis para manipular os diversos dados com os quais terão que interagir. As habilidades mínimas de saber ler, escrever e operar números já não são suficientes para dar conta dessa interação.

Notamos uma grande demanda por parte dos entrevistados nos setores secundários e terciários. Apesar da indicação da necessidade de se ter mão-de-obra qualificada para que exista acréscimos nos ganhos em produtividade, os serviços não necessitam efetivamente dela. Pode-se considerar ainda a relação do tempo de vínculo empregatício, que na realidade é quase que inexistente em relação à demanda por parte dos trabalhadores, permite o preenchimento deste tipo de posto de trabalho baseando-se nas referências anteriores de empregos e fazem com que essas categorias descritas acima ocupem um nicho do mercado onde a rotatividade é marcante, pois dispensam a observação da legislação trabalhista.

Porém, implicam que se caracterizem como atreladas às transformações ocorridas no mercado de trabalho nas últimas décadas, pois também passaram a exigir novas qualificações dos trabalhadores, principalmente nos setores secundário e terciário, ou seja, exigem que todos tenham habilidades razoáveis para manipular os diversos dados com os quais terão que interagir. As habilidades mínimas de saber ler, escrever e operar números já não são suficientes para dar conta dessa interação.

Tal como vem se mostrando nos dados anteriores, a maior parte dos empregadores foram os proprietários de residências. Além das residências, os locais que tiveram maior incidência de respostas foram a construção civil e as fazendas (serviços rurais). Tais empregos são realizados em residências e passa por pouca inspeção, a vezes que o empregador faz uma observação em relação ao serviço e posteriormente é resolvido, como exemplo, limpar as vidraças com produtos específicos. Ao contrário das instituições em que encontram-se os menores índices de resposta por parte dos

desempregados foram órgãos públicos e correios, onde exigem qualificação profissional para que o trabalhador desempregado seja contratado e que este cumpra com sua função.

As observações citadas acima devem ser consideradas como indicadores para entendermos o que determina o alto índice de empregados trabalhando em residências. O que nos leva a considerar a relação do vínculo empregatício, alta rotatividade e mão-de-obra pouco qualificada.

Como tempo de permanência nos empregos anteriores ao último que os desempregou, registrou-se a maior incidência na faixa de três anos e seis meses a quatro anos, seguido da faixa de um ano e um mês a um ano e cinco meses. Em contrapartida, entre os entrevistados de escolaridades Ensino Superior (Completo e Incompleto) e Profissionalização Básica, o percentual de permanência em outros empregos foi de 19% no período de um ano e sete meses a dois anos. Outro dado relevante é a permanência acima de três anos encontrada entre as escolaridades Ensino Fundamental Completo e Técnico Profissionalizante (entre 15 e 17%), e a discrepância de vinte e três anos (50%) foi encontrada na escolaridade em nível de Pós-Graduação. Isso indica que a qualificação nem sempre traz estabilidade, pela quantidade de empregos relatados e pelo tempo de permanência nos empregos.

Podemos afirmar que nesse período em que o empregado continua no emprego independente de estar sendo bom para ele é e está estritamente ligado ao tempo de serviço em que o mesmo necessita para ter o direito de receber o seguro desemprego, este, uma obrigação do Governo, é necessário que se tenha no mínimo seis meses de vínculo empregatício. O seguro desemprego é considerado um benefício integrante da seguridade social e tem por finalidade promover a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, ou seja, garantir sua sobrevivência, o desempregado necessita manter relação com a Sociedade no qual está inserido.

É a partir desse processo na vida do desempregado relacionado com o passar dos seis meses, período em que ele tem garantido o benefício do governo, que os sentimentos que com o passar do tempo vão se perdendo como: a auto-imagem, as relações interpessoais, modo de organização, expressão de emoções, análise da realidade, essa relação se dá pelo tempo de procura de um novo emprego (grande período - podendo ser de meses ou até anos) por parte do desempregado que passa a aumentar em relação a queda do número de desempregados que vão à procura de um emprego, ou seja, quanto maior o tempo de desemprego menor é o número de procura por um outro. Sentimento como a esperança passam a não existir mais, o que provoca no indivíduo um efeito de desalento, esse termo foi introduzido por Long (1953). Segundo esse efeito o desempregado opta por deixar de procurar emprego, o que provoca uma queda na taxa de participação na força de trabalho.

2. Sobre o Último Emprego

Verificamos que há uma concentração no terceiro setor da economia. Os serviços são definidos na literatura econômica moderna como “bens intangíveis”. Assim, o foco está na interação entre pessoas, proporcionando um produto ou serviço que satisfaça os anseios de quem o demandou.

Mesmo o estado de Mato Grosso do Sul sendo dominado pelo setor agroindustrial, os maiores índices de trabalho concentra-se respectivamente em vendedor, trabalho doméstico, serviços gerais, atendente e assistente administrativo. Outras funções foram encontradas, mas com pequena representatividade. Isto pode ser devido ao Estado ser composto por grandes fazendas, que primeiramente dedicavam-se

em sua maioria à criação de rebanhos bovinos e nas últimas décadas vem se dedicando expressivamente também ao cultivo de produtos agrícolas, cujo modelo adotado para o plantio é a monocultura extensiva e mecanizada; esta situação leva à diminuição de pessoas que habitam as zonas rurais, conduzindo a população à cidade e a partir daí ingressar no setor terciário, já que este não exige mão de obra qualificada, é precário e com baixos salários.

Para uma compreensão clara das mudanças das estruturas subjetivas individuais, se faz necessário o reconhecimento do homem como um ser histórico-social, produto da sociedade que este inserido. A utilização desses conhecimentos pelos desempregados exige que entenda a totalidade do sistema social e histórico para que pudesse apreender sua determinação nos comportamentos, interesses sociais que condicionam e dirigem suas atividades cotidianas e a criação de significado e sentido para as suas vidas e os levassem a busca de alternativas.

A compreensão de um sistema social concreto exige analisar quais são as classes sociais e como os interesses que representados nas estruturas normativas imperantes. Segundo o Materialismo Histórico Dialético, são três as principais formas como a superestrutura ideológica realiza sua função de justificar o ordenamento dominante e ajudar a impor ao todo social os interesses da classe dominante: mediante a universalização dos interesses próprios da classe no poder, mediante a negação das contradições sociais, e mediante a naturalização do presente: 1) a determinação de quais são as relações sociais principais em uma sociedade, 2) o exame da estruturação sistêmica, sobre tudo da relação entre as estruturas sócio-econômicas e as político-ideológicas, 3) uma compreensão dos processos de troca tal como ocorrem nessa sociedade.

Segundo Martín-Baró (1989) as relações sociais fundamentais são as que estruturam e articulam o modo de produção predominantes na sociedade e que configuram os comportamentos principais entre grupos e pessoas.

Esta apreensão pelos desempregados permitiria reorganizarem as suas consciências de forma a considerarem em suas ações que o caráter próprio das relações sociais mais importantes dá lugar ao surgimento das classes sociais, entendidas como aqueles grupos de pessoas que ocupam a mesma posição na estrutura de produção e que, por tanto, participam dos mesmos interesses sociais e objetivos.

O indivíduo que está desempregado, que realiza uma atividade que não exige refinamentos, como é o caso do trabalho doméstico, vendedor, serviços gerais, que teve a função que exercia na sociedade negada e que vive numa sociedade não harmônica, mas conflituosa, onde se costuma negar ou transformar as contradições sociais em características pessoais, atribuindo a fatores do sujeito o que se deve ao sistema econômico-político, se o indivíduo está desempregado ou não tem qualificação ele é responsabilizado, ou através da naturalização da realidade atual, ricos e pobres, explorado e explorador, como algo “natural”.

No que tange aos locais dos últimos empregos, as maiores expressões são as residências e lojas. Podemos considerar que a manutenção do vínculo empregatício, principalmente no comércio, depende de se atingir metas estipuladas de vendas, o que estimula a concorrência entre os vendedores da própria loja, para receber uma porcentagem irrisória, num sistema perverso já que o grande beneficiário é o proprietário da loja.

Esta forma de controle do trabalho e da sua remuneração intensificando a estratificação social uma vez que diferencia quem se apropria do produto do processo de trabalho e quem é privado ou despojado dele (relações de apropriação), a estratificação é também em parte uma consequência da diferença ocasionada pelo mesmo processo

produtivo entre quem exerce domínio e entre quem é dominado, entre quem possui poder de decisão e quem tem que submeter-se aos seus mandos (relações de domínio). Ambos os tipos de relações, as de apropriação e de domínio, estão intrinsecamente ligadas entre si, mas sua diferenciação pode iluminar o peculiar caráter social de quem talvez não tenha controle sobre a propriedade privada dos meios de produção, mas exercem um domínio nas relações de trabalho.

São estas as principais condições subjetivas impostas pelas atividades realizadas sob a forma de empregos. Os espaços domésticos são o segundo local onde mais foram estabelecidas relações laborais, remetendo-se ao trabalho doméstico desenvolvidos por sujeitos do sexo feminino uma vez que esta atividade foi naturalizada como própria de mulheres. As empregadas domésticas são usualmente mulheres que substituirão, no cuidado com a casa, outras mulheres, que exercem outro trabalho. São atividades desvalorizadas socialmente, realizadas habitualmente por mulheres sem qualificação profissional. É comum o fato de não terem as carteiras profissionais assinadas, já que muitos patrões não assinam devido alto custo de impostos e o vínculo empregatício que acarreta maiores despesas.

As características próprias desses trabalhos implicam na estruturação das personalidades desses trabalhadores, uma vez que se desenvolvem pela mediação da linguagem, pensamento e emoção. A personalidade (identidade) é um produto da integração dos processos que tornam reais as relações vitais do sujeito. Os trabalhos domésticos instalam tipos e formas concretos de vínculos que se estabelecem entre eles. Por conseguinte, nossa investigação indica que os hábitos e conhecimento adquiridos nas atividades passam a caracterizar, o conteúdo e os vínculos como precários e destinados apenas ao atendimento dos outros, impossibilitando a expansão de capacidades. Assim, fecha-se o círculo sobre mulheres oprimidas por um sistema econômico que as obriga a sujeitar-se ao trabalho doméstico, pois precisam manter sua sobrevivência e de seus filhos e acabam por assumir toda a construção social simbólica e impregnada de depreciação desse tipo de atividade e de quem o executa, o que até hoje não lhes garante os direitos trabalhistas.

Foi possível verificarmos que a grande maioria ficou empregada pelo período de dois a seis meses, seguidos dos que ficaram empregados por sete meses a um ano. Isso é evidente em seis níveis das escolaridades, sendo eles: Ensino Fundamental Completo (28%), Ensino Superior, tanto Completo (23%) quanto Incompleto (43%), Profissionalização Básica (34%), Técnico Profissionalizante (21%) e Pós-Graduação (50%). Através dos dados percebemos ainda uma grande diferença entre o tempo mínimo (um mês – 10%) e o máximo de permanência no último emprego (de cinco, sete e dez anos – 12%). Porém, dado o pequeno número de trabalhadores que tiveram empregos duradouros, deduzimos que a permanência pode ser atribuída às fatores particulares, não generalizáveis.

O maior tempo de permanência no emprego é de sete meses a um ano e de um ano e seis meses a dois anos, o que significa que os indivíduos que tinham os direitos trabalhistas garantidos tiveram o benefício temporário do Seguro Desemprego pago pela Previdência Social, caso tenha sido demitido sem justa causa por pessoa física ou jurídica. Entretanto, dada a alta incidência de trabalhos domésticos, que tradicionalmente não observa a legislação, entendemos que estes trabalhadores não obtiveram o Seguro e, tiveram perda completa de renda.

O último emprego e o tempo que o indivíduo permaneceu nele é mediador emocional e comportamental para a disposição que pautará as novas buscas de emprego na sociedade, partindo de suas concepções individuais desenvolvidas a partir da sua capacidade humana que lhe rendeu experiência em certas atividades, pode gerar maiores

facilidades ou dificuldades e que no caso dos curtos períodos de emprego diminuam a disposição e as chances de encontrar um novo emprego e o direciona na procura de qualquer atividade laboral que o salário de pra suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

3. Referências

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE OS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO – GEPAPET – PPGEdU/UFMS – GE. **Relatório Final do projeto de pesquisa As Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: Manifestações no Pensamento e na Emoção.** FUNDECT, CNPQ, UFMS, 2008.

MARTIN-BARÓ, I. **Sistema, grupo y poder. Psicología Social desde Centroamérica II.** San Salvador, El Salvador, UCA Editora, 1980.